

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

CONTEÚDOS PROBLEMÁTICOS

Uma análise acerca do conteudismo

FERREIRA, Vinícius M.¹

Resumo:

O presente artigo tratará do conteúdo nas grades curriculares do ensino presente, bem como no ensino ao longo da história recente do Brasil. Desse modo, será utilizado como aporte questões acerca das normativas e diretrizes do ensino, o modelo que se deu atualmente, a diferença formal e informal, e um debate acerca dos limites do que é proposto – e esperado em lei – a ser seguido. O foco do conteúdo e o contraste com o conteudismo se baseia, principalmente, na disciplina de Idade Média, suscitando problemas que envolvem a terminologia, mas não a dissociação de ideias e um ensino mais próximo da realidade – comparado ao que se vê na formalidade e informalidade.

Palavras-chave: Aprendizagem histórica. Conteúdo. Conteudismo. Ensino. Idade média.

1. Introdução.

Ao se tratar do conteúdo de história em sala de aula, diversas concepções e questões podem ser levantadas. Primeiramente, deve-se ter noção do que é a “sala de aula”: se da educação básica ou do ensino superior. A partir disso, podem ser suscitadas ideias diferentes sobre o que é o conteúdo, do que deveria se tratar ou de como não deveria ser reconhecido: dessa maneira, alguns termos surgem, muitas vezes qualificativos, outras vezes pejorativos, como o caso do “conteudismo” para exemplificar esse último. Nada mais se trata do que algo dado a partir de um currículo que irá na grade – a ordem de unidades temáticas que estarão presentes em conjunto para determinadas turmas – muito comumente apontado ao falar de vestibulares considerados mais tradicionais.

Os currículos, da mesma forma que os projetos, são políticos, e dessa maneira continuarão de acordo com as ações e reações da sociedade. Segundo Breno Mendes (2020), o currículo nunca foi pensado para ser dialogado, e, portanto, seria simplesmente

¹ Graduando em História Licenciatura na Universidade Federal de Goiás, orientando de Iniciação Científica do professor Dr. Cristiano Nicolini (UFG). E-mail: vinicius_marques@discente.ufg.br

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

para cumprir uma grade pré-estabelecida, como já citada. Isso pontuado, surge a necessidade de fazer uma pré-seleção política daquilo que será ou não abordado nos ensinos básico e superior, com o foco no primeiro. A partir desse elenco temático, um cuidado deve ser tomado ao se tratar o que pode ou não ser negado de modo a não ser restritivo, e sim meramente analítico.

2. Grade curricular e “conteúdo” na BNCC.

Os currículos transmitem valores, podendo variar em regimes políticos, tornando alguns conteúdos sensíveis, outros problemáticos, e ambos não são necessariamente o mesmo; no caso específico desse artigo, a ideia do conteúdo problemático não se trata do cuidado ao tratá-lo, mas como é tratá-lo como “conteúdo”; o “ser” conteúdo. Os currículos podem ser ocultos, para além da formalidade e da informalidade, que é a relação entre a prática real e o estabelecido por diretrizes, se tratando da relação entre alunos naquele currículo informal, e o contexto histórico em que vivem de acordo com a cidadania estabelecida pelos currículos formais. Mendes aborda em sua conclusão sobre os currículos não mudarem de acordo com a cidadania, e sim o “ser cidadão” ser mudado de acordo com a política, como exemplificado com alguns governos, sendo eles: a Era Vargas e o cidadão trabalhador, que angaria direitos sociais; a Ditadura e o patriota cívico; e com a redemocratização, a formação de um cidadão crítico, ativo e locutor, priorizando uma gestão democrática.

Os conteúdos transitam por essas mudanças – suaves ou drásticas – da política de governo (que não é de Estado devido a falta de manutenção quando há uma brusca mudança de vertentes políticas), o que implica em grandes mudanças de projetos em um curto período de tempo. O histórico e as visões políticas quanto ao que era concebido, e o proposto a ser trabalhado alteram algumas questões, como a própria terminologia “conteúdo”, na Base Nacional Comum Curricular tida como “unidades temáticas”, “objetos de conhecimento”, “habilidades” ou “componentes curriculares”. Algumas questões justificam a necessidade de terem mudado tal nome, a saber: o distanciamento do que se conhece por conteudismo ao associar conteúdo a conteudismo, embora não se

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

confirme na realidade, pois o conteudismo é uma questão muito mais da história factual², enquanto o conteúdo é necessário para dar sucessão às questões em aula, o que leva à confusão e à falta de dissociação entre os dois termos; a segunda questão é a aproximação da ideia do conteúdo – agora com outro nome – à ideia de currículo, e da grade escolar.

Se for tomada a ideia da mudança de nomes somente para buscar uma inovação superficial, defendendo tal atitude como pífia frente aos problemas que a educação enfrenta, como é visto na utilização da BNCC com o termo “ciclo”, equivalente às séries ou anos escolares, a menos que a periodização como proposta na progressão continuada seja adotada. Da mesma maneira, reduzir o conteúdo a competências e habilidades não é lógico num contexto que “[...] reduz a atividade docente a um desempenho técnico.” (PIMENTA; LIMA, 2011, p.85), no entanto serve para uma ordem mercadológica empresarial. Em um currículo de história, dotado de valor, terá saberes e conhecimentos em seus conteúdos, não sendo necessária a mudança de substantivos meramente para ilustrar questões que não irão dotar ao professor um protagonismo; o docente se mantendo protagonista não significa colocar o aluno como uma tábula rasa: deve-se compreender o protagonismo em sala de aula de acordo com as propostas em cada momento, de modo que a aprendizagem ativa do aluno não será acerca de um trabalho meramente histórico e sem mediação, pois esse é objeto de um historiador ou professor de história. Tal questão também tem trabalho com a historiadora Flávia Eloísa Caimi (2006), ao dizer que os alunos chegam a aprender história, só não da maneira mais adequada, e que a aprendizagem ativa seria uma maneira potencializadora, mas de forma alguma restritiva.

“Ademais, o saber escolar possui uma finalidade distinta, pois procura formar cidadãos e não pequenos historiadores.” (MENDES, 2020, p. 116). Em momentos elaborados, o aluno atuará como protagonista, com uma “atitude historiadora”, mediado por um professor que, para aquilo teve formação e está a trabalho, sem que a aula necessariamente seja uma exposição em palestra do docente, muito menos uma oficina prática que o professor seja somente mais uma personagem.

² Fala do professor de história Moacir “Môa” Moreira, do Colégio Olimpo de Goiânia, em 03.11.2021.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Por meio dessa prática, docentes e discentes poderão desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma “**atitude historiadora**” diante dos conteúdos propostos, no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental. (BNCC, 2018, p. 398)

Não fosse o papel mercadológico nas escolas, a atividade docente não haveria de ter mudança tão significativa para que fosse explorado no aluno a capacidade crítica e a consciência histórica. Na falta do Estado em seu papel para com a educação, o que se chama de conteudismo cresce de modo que a contextualização entre conteúdo e tempo presente, abordada pela BNCC, ainda que importante, seja um passo mínimo frente às problemáticas vistas, por não suprir o pedido. Tal situação é vista nas disciplinas mais distantes cronologicamente, como a idade média e sua presencialidade.

3. Idade média presente.

Ao tomar o exemplo da Idade Média como disciplina, o anacronismo que deveria ser evitado é recorrente e constante, justamente por conta de os jovens estarem somente numa atitude historiadora, sem o aporte necessário para que compreendam de modo a terem uma consciência narrativa genética; de toda maneira, é um modelo mais ativo do que aquele visto na aula-conferência³.

Estudar o medievo por eixos temáticos é um reducionismo a um milênio de história somente com a Igreja Católica Apostólica Romana, uma vez que tendo controle e influência na Europa Ocidental, o Brasil carrega resquícios daquilo através do catolicismo; a idade média é presente e reverbera na sociedade, de modo tão imperceptível que as diretrizes escolares tendem a não trabalhá-la. Estudar em contexto temático implicaria inicialmente num aporte de saberes e conhecimentos precedidos da

³ BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação... (2004, p. 131)

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

cronologia. "O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual." (BNCC, 2018, p. 397), mas que não deve ser restrito àquilo que convém à atualidade, somente. A utilização de matérias mais detalhadas sobre os conflitos, a economia, a política e a história privada ainda devem ser tomadas, pois como aborda a professora de história Maria Dairan Silva⁴, do Colégio Estadual Aécio Oliveira de Andrade, em Goiânia, seria subestimar a capacidade do aluno de compreender aquele contexto, ainda que não dialogasse com sua realidade.

A única saída para a manutenção da idade média na grade curricular por eixos temáticos seria uma análise acerca dos pensamentos dissidentes no medievo quanto àquela realidade, visto que "[...] o que nos interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais." (BNCC, 2018, p. 397), mas ainda assim pensado na orientação cronológica. Essa abordagem seria insuficiente, mais uma vez, se não fosse baseada nos acontecimentos conflituosos ou não, tratados como conteúdo bruto. É necessário que o quadro seja amplo, em referências sociais, culturais e econômicas (BNCC, 2018, p. 399), de modo que a amplitude ofertada por parte da escola não consiga se desprender do “conteudismo”, pois é necessário que o estudante armazene as informações acerca daquele período e compreenda a ponto de se tornar um conhecimento, visto que não podem tomar a história como dogmática.

Mil anos de história, que ocorreram há quase mil anos é complexo de se tratar sem uma base acerca dos tempos históricos – não necessariamente cronológicos –, o que faz necessário o uso da teoria da história nas aulas, utilizando da transposição pedagógica, de modo que a diferença entre a atitude historiadora e a formação de pequenos historiadores são divergentes por uma linha tênue. A teoria da história não seria muito mais que passiva ao aluno da educação básica, não o subestimando, mas levando em conta que são 3 períodos contemplando tal disciplina para a formação do historiador, vide a Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

⁴ Fala da professora com a turma de Estágio Supervisionado 1, durante a conferência, em 23.09.2021.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

4. Idade Média e o noticiário do passado.

Uma fala da professora Dairan⁵, de experiência na rede privada, municipal e estadual, elucida sobre a comum ideia acerca do significado de conteudismo, em que se trata o conteúdo “seco”, trabalhado com datas e de maneira monótona, em que o professor entende os fatos como meramente narrativos, sem que ocorra a construção de relações entre sociedades – contemporâneas ou entre os tempos – e a vida presente, focando no chamado “decoreba” de fatos e sucessões. Essa fala é a exposição da relação de aula-conferência, abordada por Isabel Barca, em que o conteudismo está devidamente atrelado ao tradicionalismo. O ensino atual, no entanto, é suficiente para se desprender dessas questões, principalmente por meio do Exame Nacional do Ensino Médio cuja avaliação leva em consideração o repertório sociocultural do candidato. Não há nos vestibulares uma fácil relação de conteúdos cronologicamente mais distantes coma vivência do indivíduo do século XXI, o que leva a denominar vestibulares mais tradicionais, que abordam esses períodos, como conteudistas.

O conteúdo não necessariamente precisará de datas para ser abordado, e nem sempre seria necessário a utilização de temas associados ao presente: muitas vezes esses mesmo são utilizados de maneira indiscriminada, sendo verdadeiramente concepções da idade moderna acerca do medievo que são representadas e reproduzidos por quem tenta criar um embate com a Idade Média. Exemplos disso são as ideias de castelos idealizados, histórias de princesas, o filme Shrek, quando na verdade se trata de uma ambientação na idade média com elementos modernos; o castelo não era muito adornado pois servia como fortificação militar e moradia, as vestes das princesas não eram esbanjadas, muito menos a inquisição fora tão fervorosa no medievo – comparado à modernidade, como aborda o doutor em História Social Vinícius César Dreger de Araújo no Podcast *História no Cast*. Difícil é buscar relação do presente com o passado, da forma que versa a BNCC, sem que se debruce somente sobre o catolicismo.

É possível, através da exposição do conteúdo medieval e as implicações para cada

⁵ Durante conferência com a turma de Estágio Supervisionado 1, em 14.10.2021.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

questão suscitar ao aluno que observe, compreenda e saiba produzir as histórias, em contextos econômicos, sociais e políticos. Isso implicaria numa consciência crítica; a questão da consciência histórica, para além do que diz a BNCC, é um método trabalhado pelos historiadores que estudam sobre o ensino e a aprendizagem. O aluno tendo uma consciência crítica, não necessariamente histórica⁶, pois talvez nem toda relação deva ser feita nesse âmbito, mostra que as aulas expositivas servem à medida que perguntas surgem, o que causa uma aula interessante.

A aula ser interessante, em qualquer modelo de ensino, é essencial para que seja aprendida; não é possível que ocorra aprendizado sem o interesse por parte de quem irá aprender, o que requer metodologias em sala de aula para que o aluno se sinta instigado à participação, partindo da mais simples, que dito por Caimi, é sobre as falas espontâneas – e por muito anacrônicas – dos estudantes acerca da história. O atual modelo de ensino e as mudanças possíveis de serem feitas não contemplará a totalidade de uma turma entre 40 e 50 alunos, mas ao momento que o docente buscar facilitar os meios do aluno acessar sua dúvida, há uma contribuição com a aprendizagem. Por mais que a aprendizagem seja ativa, há uma parcela de responsabilidade do professor para com o aluno ao momento que pode ser facilitado e agradável a obtenção da informação, ou dificultada e negligenciada. Tal ação pode ser feita utilizando recursos de comparação e exemplos em sala, recursos tecnológicos como tem sido comum majoritariamente a partir de 2020, ou tornar a aula mais leve e engraçada, nunca deixando de lado o objetivo de mediar conhecimento. Um ensino mais leve, sem negligenciar a autoridade de um professor, não significa ser um ensino ruim: a menor exigência não se configura como pouco qualitativa, somente como uma maneira desviada do ensino que costuma ser em um “excesso excessivo”, em que somente a exaustão causaria resultado positivo.

A problemática está no lado mercadológico, como dito pela professora Dairan, do profissional da educação atuar como “um palhaço” para manter o riso dos alunos, e

⁶ Debate e orientação com o professor orientador de Estágio Supervisionado 1, Dr. Josias Freire, em 09.10.2021.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

consequentemente seu emprego⁷. Entretanto, não significa que deva seguir *ipsis litteris* o que versa a BNCC, como defendido por Eliesse Scaramal⁸, de maneira a ser a única considerada e incontestável somente por se tratar de um documento, visto que, justamente por serem políticos, podem ser rebatidos de acordo com a necessidade. A BNCC diz que "O desenvolvimento de capacidades de observação, memória e abstração permite percepções mais acuradas da realidade e raciocínios mais complexos [...], o que favorece os processos de **simbolização** e **abstração**." (2018, p. 561), reforçando que o conteúdo é sólido e fora endossado em vestibulares; a abstração, no entanto, pode ser de uma narrativa do discente que negaria ou romantizaria, como no caso da inquisição e das cruzadas; quebrar com o instrumento sólido de modo a valorizar a simbolização e a abstração seria quebrar com o instrumento em sala de aula: a cronologia, por mais que não seja o único tipo de tempo, retoma à questão da linha tênue entre a atitude historiadora e a formação de pequenos historiadores, além de ser, inclusive, reclamações de professores (do estudo de Caimi) acerca da enorme complexidade de abstrações num universo de significâncias.

Silva e Tuma (2014) abordam que não é possível produzir conhecimento sozinho, o que dialoga com a ideia de ser necessária a exposição para que aconteça a diferenciação entre informação e conhecimento. Além do mais, partindo da abstração e da simbolização, não haveria maneira de se ter essa produção por atividade meramente do discente, reforçando que a aprendizagem do mesmo é também da responsabilidade do mediador – o professor. O trabalho de Silva e Tuma é uma pesquisa com jovens por volta de 14 anos, e o significado, a necessidade e a motivação da história para eles. A exigência da BNCC para que os jovens compreendam as relações de passado, presente e futuro não se aplica, visto que para aqueles, a história serve para reconhecer origens, pois “[...] todo indivíduo tem sentido do passado primeiro na família o que o reporta à própria história e depois a um grupo maior, à sociedade” (2014, p. 54). A história das origens e as origens

⁷ Fala em conferência no dia 14.10.2021.

⁸ Fala da professora orientadora de Estágio Supervisionado 1, Dra. Eliesse Scaramal, durante aula, em 27.07.2021.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

como explicação de tudo é muito comum principalmente por se relacionar a uma história mais recente, que não remonta, por exemplo ao instrumento desse artigo: a Idade Média. Dessa maneira, a história é mera notícia, pois o passado é mera informação a eles.

Reiterando o que já fora dito, o passado não pode ser histórico se for dogmático, o que evidencia que o tipo narrativo tradicional, de Rüsen, é o pior desenvolvido, pois até mesmo a narrativa exemplar contribui com o pertencimento, o que Silva e Tuma notam não ser presente na identidade e na história dos jovens da pesquisa. Todavia, ser meramente informativo não implica numa inutilidade, ou dessa maneira os noticiários não seriam úteis para a vida humana. Só não há uma narrativa histórica mais elaborada, embora seja possível em meio social ser útil, não nos mínimos detalhes, da mesma maneira que um telespectador não irá relacionar cada notícia do seu dia a dia.

A aversão do conteúdo da história pode ser vista quando Silva e Tuma (2014, p.56, apud SCHMIDT, 2011, p.83) diz que “[...] o importante não é aprender História, isto é, aprender o conteúdo da História, o importante é saber como, dos feitos, surge a história”. Isso é um embate direto com o que proponho ao início do artigo julgando desnecessária a mudança do termo, mas que pode se mostrar como uma confusão muito além, que por pouco fez o sistema de ensino ser completamente voltado à mercadologia. Isso devido à ideia distorcida de que o conteúdo deve ser aprendido, em vez do que motivou a existência do conteúdo; de toda maneira, a compreensão do surgimento da história ainda será de grande bagagem ao aluno.

A avaliação é o principal método para atrair a atenção de um aluno, quando essa é quantitativa: dá o significado de importância ao conteúdo, porém não por si só, e sim pela responsabilidade com sua prova. Esse exame direcionado, sem que seja possível o aluno elaborar, de pouco vale. Talvez valha mais um enunciado que pergunte “De acordo com o conteúdo passado em aula, escreva sobre as relações entre cristãos e muçulmanos” do que direcionar com “O que foi a Reconquista?” ou “O que foi a Batalha de Poitiers?”. Dessa maneira seria possível ao aluno, caso de seu interesse, utilizar os termos “conteudistas” – de onde surge a história –, sem de modo algum ser critério de avaliação, atuando como um excedente em seu aprendizado. Isso ocorreria somente se

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

em sala de aula fossem instruídos à leitura e escrita, ao passo que houvesse a motivação da menor quantidade de questões em prova. Não só a avaliação em número – excessivo – existe, realidade que é de complicada mudança.

A grande problemática da manutenção do “noticiário do passado”, ou seja, a narrativa histórica tradicional ou – quando muito – exemplar, é a ideia da história como autoridade, chamado de cultura escolar hegemônica. Kellen Freitas também aborda a questão de a história não ser dogmática, e para tanto não é concebível que o material didático seja reproduzido como tal, sendo uma atitude inclusive inaceitável, pois estaria pondo como base uma imparcialidade que o historiador não tem como ter. Não significa que o trabalho científico histórico seja dotado de parcialidade, mas de uma “não-imparcialidade”. Da mesma maneira que, como já dito, não somente a BNCC seguida à risca direcionará o ensino, de maneira mecanizada: o currículo formal e o informal, dito por Mendes, possui um grande abismo. Além do mais, a utilização do livro didático como uma história como verdadeiramente foi só seria possível de uma reprodução inteiriça, exatamente o que a aula-conferência tenta copiar, sendo que, como abordado por Paul Veyne, a história não é geometral, portanto, não se veria com completude.

De volta à questão do interesse para o aprendizado, Freitas analisou alunos do último ano da educação básica, em que os seminários idealizados foram proveitosos uma vez que os alunos pesquisaram somente o que tinham curiosidade. Há um abismo entre a significância histórica e o que querem aprender: se assim fosse, só se estudaria o bom e exaltaria o que foi positivo. Isso é disruptivo e de extrema parcialidade, negando fatos e relações; se não é interessante ao aluno, fazê-lo é o caminho, uma vez que o aprendizado não é sobre o acúmulo de conteúdo, mas da compreensão de alguma relação, mesmo que menor, pois já é um aprendizado – ainda que não valorizado ou não suficiente ao vestibular. As questões acerca do estudo se delongam em uma vida docente, pois

A formação docente requer tempo para se consolidar e não pode prescindir de uma atitude reflexiva do professor ao longo de

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

sua atuação profissional, da interlocução com seus pares, da busca de referenciais teóricos que possam afirmar, afrontar ou refutar as práticas cotidianas da sala de aula. (CAIMI, 2006, p. 31)

5. Considerações finais

A ideia de reconhecimento e valorização da própria cultura a partir do que se aprende na história é válida por se tratar da permanência histórica, contemplado pela BNCC e enfaticamente trabalhado por Rüsen. Dessa maneira, alguns conteúdos pré-selecionados precisam ser ministrados apesar dos alunos não quererem, e partindo disso, é necessário que ocorra o aprendizado. Devem sim ter narrativas substantivas para a formação de um quadro de ideias válidas sobre o passado, todavia é preciso que desenvolvam também, em simultâneo, ideias cada vez mais elaboradas sobre a história, como a ideia da metahistória, além daquilo que comumente se abordaria, visto como extra por se tratar de um caráter curioso (FREITAS, 2014, p. 79, apud BARCA, 2009, p. 60).

As diferenças de interesses entre os alunos variam de sua formação, geração, e consequentemente, idade. O desinteresse nas idades mais jovens é mais comum frente ao interesse e a responsabilidade que traz a maturidade de um jovem em transição para a vida adulta. Contemplando essa maturidade e responsabilidade de acordo com a idade, poderia inferir que no modelo atual o aluno atingiria uma consciência histórica narrativa genética com uma espécie de formação continuada, como com os docentes. No entanto, não seria proveitoso em muitas situações do mercado de trabalho e da vida social que tornassem a estudar história medieval; seria como, em outra disciplina, exigir de um pizzaiolo saber análise combinatória com inversão de elementos, da matemática. Muitos dos conteúdos estão intimamente ligados ao ENEM e aos vestibulares “mais conteudistas”, o que caracteriza o aprendizado com uma meta, descobrindo e construindo o conhecimento não de um ponto inicial a um fim, mas sim o caminho contrário.

Referências

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. *In: Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica*. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED), Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem história? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, Niterói: EdUFF, p. 17-32, jun. 2006.

FREITAS, Kellen Mendes. Concepções históricas de alunos de 3º ano do ensino médio: o que o professor ensina é realmente o que aluno quer aprender? Um estudo das narrativas dos alunos. **Revista de Educação Histórica - REDUH: Educação Histórica e a prática da sala de aula**, Curitiba: LAPEDUH, nº5, p. 73-84, jan./abril, 2014.

GOIÁS. *Universidade Federal de Goiás*. Resolução – CEPEC nº 1364 de 8 de maio de 2015. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História, grau acadêmico Licenciatura, modalidade presencial, da Faculdade de História, para os alunos ingressos a partir de 2015-1.

HISTÓRIA NO CAST: Mitos e Verdades sobre a Idade Média. [Locução de]: Leandro Marin. [S.I.]: Spotify. 31 de julho de 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3TzPB8eiw9JRnTInswx948?si=RY7bqBurSlyL6FNv1WKvQg&utm_source=copy-link>. Acesso em: 29/10/2021.

MENDES, Breno. Ensino de história, historiografia e currículo de história. **Revista Transversos**. “Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática”. Rio de Janeiro, nº. 18, 2020. pp. 108-128. Disponível em: . ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.49959.

PIMENTA, Selma. G.; LIMA, Maria. S. L. Considerações sobre a legislação de estágio no Brasil. *In: PIMENTA, Selma. G.; LIMA, Maria. S. L. Estágio E Docência*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 83-92.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica. *In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed.UFPR, 2010.

SILVA, Giane de Souza; TUMA, Magda Madalena. Ensino de história e educação histórica: um breve reconhecimento das ideias dos jovens sobre estudar história. **Revista de Educação Histórica - REDUH: “Dossiê: Educação Histórica e a prática da sala de aula”**, Curitiba: LAPEDUH, nº5, p. 49-60, jan./abril, 2014.

VEYNE, Paul. Nem fatos, nem geometral, mas tramas. *In: VEYNE, Paul. Como se escreve a história*. Brasília: EdUnB, 1998.